



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

COOPERATIVISMO NA PRÁTICA: O CASO DA COOTRABOM

Área Temática: Relato de Experiência, Metodologia e Extensão

**Alessandra Praxedes¹, Gabriel N. Machado², Heloisa H. A. B. Q. Gonçalves³, Maria das G. S. da Rocha⁴,
Mônica C. Mitkiewicz⁵, Natanael N. de M. Junior⁶, Rafael P. de Lima⁷**

*1 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Campus da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro-RJ –
aleufrjeqjr@yahoo.com.br*

*2 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Campus da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro-RJ –
gabrielmachado@poli.ufrj.br*

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ – heloborges11@gmail.com

4 Comissão RJ Economia de Comunhão – Rio de Janeiro, RJ – graca@uninet.com.br

*5 Gerência Executiva de Tecnologia da Informação e Telecomunicações – Petrobrás – Rio de Janeiro, RJ –
monica.coelho@gmail.com*

*6 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Campus da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro-RJ –
natmourajr@poli.ufrj.br*

*7 Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Campus da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro-RJ –
rafael_pdl@poli.ufrj.br*

Resumo

Como funciona, na prática, um Empreendimento de Economia Solidária, considerando os sete princípios do cooperativismo e tendo como caso particular o da Cootrabom (Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso), uma cooperativa de catadores de lixo? Para investigar esta questão foi organizada uma pesquisa de campo a fim de levantar as percepções dos cooperados e dos não cooperados sobre o assunto. Para tal, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário composto por perguntas diferenciadas para quem era membro da cooperativa e para quem não era. Os dados coletados das perguntas foram tabulados com base nas declarações dadas referentes a cada princípio e foram posteriormente analisadas sob a ótica de aproximação ou distanciamento da sua prática na Cootrabom. De acordo com os resultados foi feita a análise de como estão presentes os sete princípios do cooperativismo no dia a dia desta cooperativa. Esse artigo é o resumo de um trabalho acadêmico feito para a disciplina Gestão de Projetos Solidários, oferecida em conjunto pela UNIRIO, UFRJ e CEFET-RJ em janeiro e fevereiro de 2011, pretendemos com ele mostrar como o trabalho foi desenvolvido e os resultados que obtivemos.

Palavras-chave: Cootrabom; Cooperativismo; Catadores; Lixo

1 Histórico da Cootrabom

A Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso Ltda – Cootrabom - localizada em Bonsucesso, Rua Capitão Carlos, 260, foi fundada em maio de 2002, após a iniciativa de alguns trabalhadores que recolhiam diariamente latas, garrafas PET e outros resíduos sólidos comercializáveis no bairro de Bonsucesso e no complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2004, a Cootrabom foi incubada pela ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) e firmou parceria com a LAMSA-Linha Amarela S.A. para desenvolver trabalhos



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

de educação ambiental na área da Maré e comunidades vizinhas, no entorno da Cidade Universitária, Ilha do Fundão. Assim, foi firmado o primeiro contrato de prestação de serviço da cooperativa.

No ano seguinte a Petrobrás entrou como parceira do projeto. E em março do mesmo ano a Cootrabom lançou a campanha “A Maré Vai Subir!”, dando início a um programa de conscientização das comunidades do Complexo da Maré (Bento Ribeiro Dantas, Nova Holanda, Vila do João, Vila do Pinheiro e Morro do Timbau/Baixa do Sapateiro) sobre a importância de reciclar o lixo. As temáticas subsequentes foram: “O dia da Consciência Negra”, “Dia da Cidadania” e “Abraço ao Parque Ecológico”.

A COOTRABOM hoje faz parte da Rede Nacional do PROVE (Programa de Reaproveitamento do Óleo Vegetal), da qual também participam outras três cooperativas de catadores.

Oferece outros serviços, entre eles jardinagem e recuperação de áreas de mangue.

2 Delimitação do projeto de pesquisa

O objeto de pesquisa foi definido no âmbito da economia solidária. O foco central recaiu sobre os sete princípios do cooperativismo, no tocante à sua prática.

Pelo tempo disponível, definiu-se um estudo de caso em uma cooperativa de catadores, a Cootrabom.

Para a coleta de dados, a metodologia escolhida utilizou-se das declarações de entrevistas e/ou questionários realizados com seis participantes da pesquisa, a saber: um pesquisador da RIPER (Rede de Informação e Pesquisa em Resíduos), a representante da Rede de Cooperativas PROVE e de quatro cooperados da COOTRABOM.

Inicialmente, tinha-se previsto onze entrevistados, e após uma reavaliação, chegou-se a dez. Porém até o final do prazo para a pesquisa, foi possível obter retorno de seis entrevistados.

3 Problema de pesquisa

Como funciona, na prática, um Empreendimento de Economia Solidária, considerando os sete princípios do cooperativismo no caso particular da Cootrabom?

4 Pressupostos

Resíduos sólidos constituem aquilo que genericamente se chama lixo, isto é, materiais sólidos considerados sem utilidade ou perigosos, originados de atividades humanas, e que devem ser descartados ou eliminados. Embora o termo lixo se aplique aos resíduos sólidos em geral, muito do que se considera lixo pode ser reutilizado ou reciclado desde que os materiais sejam adequadamente tratados.

Segundo a Lei 12305, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos sólidos, a denominação resíduos sólidos significa “material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

E, reciclagem é o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolvem a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e, se couber, do SNVS (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária) e do Suasa (Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária).

No Art. 6º estão os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Para os princípios e metas da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), a coleta seletiva solidária é uma estratégia governamental brasileira que busca a construção de uma cultura institucional para um novo modelo de gestão de resíduos, no âmbito da administração pública federal, direta e indireta.

Além de gerar emprego e renda, a reciclagem proporciona uma redução da demanda de matérias-primas e energia, o que faz com que esta prática seja fundamental em um planeta onde matérias-primas são escassas.

No Brasil, é impensável falar em reciclagem sem citar os catadores de materiais e suas cooperativas. Não existem números fechados, mas calcula-se que existam de 300 mil a um milhão de catadores em atividade no país, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Não é para menos, a população brasileira gera diariamente cerca de 126 mil toneladas de lixo de consumo, segundo o IBGE. Não fossem os catadores, todo este material acabaria em aterros sanitários e lixões.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

As cooperativas normalmente oferecem uma série de benefícios aos associados, como estacionamento para carroças, banheiro, refeitório e espaço para recebimento e separação de materiais.

Devido ao grande volume de materiais coletados pelas cooperativas, há possibilidade de negociação para fixação de preços, seja com indústrias que utilizarão o material como matéria-prima, seja vendendo a atravessadores, que buscam se aproveitar da necessidade de catadores e/ou cooperativas.

Considerando a relevância da temática para a sociedade, os impactos das variáveis ambientais, sociais, culturais, tecnológicas e de saúde pública, e o interesse e a visão sistêmica dos integrantes do grupo, este trabalho identificou até que ponto os sete princípios do cooperativismo declarados pelos sujeitos de pesquisa que estão envolvidos com a cooperativa de catadores de Bonsucesso – Cootrabom – estão presentes ou ausentes na prática segundo a percepção dos envolvidos.

Sendo assim, o tema do trabalho é a “Prática dos sete princípios cooperativos na Cootrabom”.

5 Justificativa

Supõe-se que, no caso da Cootrabom, não estariam sendo aplicados os sete princípios do cooperativismo na dinâmica organizacional. Esta suposição inicial foi analisada na teoria e na prática e ao final do estudo poderia ser confirmada ou refutada.

6 Objetivos

O objetivo geral do nosso estudo de caso foi identificar se os sete princípios cooperativistas estavam presentes na prática da Cootrabom segundo a percepção dos envolvidos no estudo de caso.

E como objetivos específicos: firmar um acordo entre os pesquisadores e o representante da Cootrabom; identificar nas declarações dos envolvidos no estudo de caso se os sete princípios cooperativistas estariam sendo praticados na Cootrabom.

7 Metodologia

Os dados foram colhidos das declarações dos entrevistados. Com a delimitação do tempo disponibilizado para concluir a Disciplina Gestão de Projetos Solidários não foi possível acompanhar a dinâmica da organização do trabalho da Cootrabom para avaliar a proximidade ou o distanciamento da prática dos sete princípios. Informações sobre a Cootrabom foram obtidas no próprio site da cooperativa. As informações sobre catadores foram obtidas no site do MNCR.

A pesquisa de campo utilizou o texto de Morin (1999) para a elaboração do contrato. Optou em elaborar um contrato aberto, formal e semi-estruturado. Contrato aberto porque a Cootrabom compartilharia responsabilidades e exerceria um controle sobre a ação da pesquisa.

A metodologia seguiu a orientação de Vergara(1999) apresentada no livro “Projeto e Relatórios de Pesquisa em Administração”. Assim, considerou-se o critério de classificação proposto por Vergara (1990), que aborda a pesquisa quanto a seus fins e seus meios. Quanto



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

aos fins: tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Quanto aos meios: tratou-se de pesquisa, ao mesmo tempo, de campo, participante e de estudo de caso.

Qualificou-se como: (a) exploratória porque havendo a probabilidade de se ter poucos estudos sobre a prática dos sete princípios cooperativistas na Cootrabom, a pesquisa fez uma sondagem sobre essa temática na cooperativa Cootrabom; (b) descritiva porque visou descrever as percepções e as sugestões acerca da aplicação prática dos princípios cooperativistas na Cootrabom, obtidas de cooperados da Cootrabom e de outros sujeitos não participantes da cooperativa, mas que, de certa forma, tiveram ou têm algum contato profissional com a mesma. (c) pesquisa de campo por incluir investigações na própria Cootrabom e junto a outros sujeitos não participantes da cooperativa, mas que tiveram ou têm algum contato profissional com a mesma. Para tal foram utilizadas entrevistas e aplicação de questionários, através de contatos pessoais ou pela Internet, cujos dados coletados serão consolidados, para posterior análise e conclusões para a produção de relatório da pesquisa; (d) pesquisa participante esteve no fato de não se esgotar na percepção e nas afirmações dos pesquisadores, e por incluir um acordo que foi consensuado (Morin, 1999) entre o representante da Cootrabom e os pesquisadores. Tal acordo subsidiou uma resposta ao problema de pesquisa “Como funciona na prática a Cootrabom, considerando os sete princípios do cooperativismo”.; (e) estudo de caso por estar circunscrita à cooperativa Cootrabom e, dessa forma, seus resultados não poderiam ser generalizados.

Os dados coletados nas declarações dos seis entrevistados foram tabulados com base nas declarações referentes a cada princípio e posteriormente analisadas sob a ótica de aproximação ou distanciamento da sua prática na Cootrabom. Foi admitida uma terceira alternativa para a classificação dos dados, e na tabela foi nomeada como: sem dados para análise. Essa situação ocorreu nos depoimentos em que na declaração do(a) entrevistado(a) foi destacada a impossibilidade de responder àquela questão.

Para a resposta afirmativa indicou-se 1(um) e para a resposta negativa indicou-se zero. Por exemplo: Pela declaração, há aproximação? Se sim, o valor foi 1, se não, o valor foi 0.

Seguindo a metodologia definida no plano de estudo, a pesquisa incluiu investigações na própria Cootrabom e junto a outros sujeitos não participantes da cooperativa, mas que de certa forma tiveram ou têm algum contato profissional com a mesma. Para tal, foram utilizadas entrevistas abertas, formais e semi-estruturadas por pauta e a aplicação de questionário, através de contatos presenciais ou pela Internet, cujos dados coletados foram trabalhados por meio de análise simples e foram feitas conclusões para a produção deste relatório da pesquisa.

Como sujeitos não participantes da Cootrabom foram indicados:

- 1 – Um pesquisador de uma entidade de pesquisa e assessoria ligada a uma universidade pública. Essa entidade trabalha com a temática da coleta seletiva envolvendo cooperativas populares e já assessorou a Cootrabom.
- 2 – Um representante e líder do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável). Alguns membros da Cootrabom fazem parte do movimento, inclusive o presidente da cooperativa, Santiago, é um dos fundadores do movimento.
- 3 – Uma representante de uma rede de cooperativas da qual a Cootrabom faz parte.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

- 4 – Um representante de uma organização não governamental que executa projetos com cooperativas de reciclagem e que já teve contato profissional com a Cootrabom.
- 5 – Um representante de empresa pública que patrocina cooperativas de reciclagem.
- 6 – Um representante de uma incubadora de cooperativas populares, ligada a uma universidade pública.
- 7 – Uma representante de uma comissão de coleta seletiva de uma universidade pública.

Com relação ao cronograma planejado, foi feita a 1ª ida a campo. O grupo de pesquisadores assistiu a uma palestra para novos integrantes da cooperativa e pôde observar alguns princípios sendo realizados na prática, como foi o caso do cooperado palestrante que deu seu depoimento, dizendo que não conseguia emprego, por sua condição de ex-detento e que a Cootrabom abriu as portas para ele, demonstrando uma evidência de que o princípio da Adesão Voluntária (portas abertas à sociedade) estaria sendo aplicado. Outra evidência é que foi oferecido, aos cooperados, apoio na continuação dos estudos e escolinha de educação ambiental aos filhos dos cooperados, ambos os projetos conduzidos por uma pedagoga que se formou com ajuda da Cootrabom, fato esse que evidencia o princípio da educação, formação e informação e o princípio da preocupação com a comunidade.

Nesse mesmo encontro, foi celebrado um contrato informal sobre o objeto de estudo, entre o grupo de pesquisadores, o presidente da Cootrabom e os cooperados. Posteriormente, foi assinado também um contrato por escrito, a pedido do presidente da Cootrabom.

Dos sete sujeitos previamente indicados decidiu-se por entrevistar cinco. Os critérios para escolha definitiva dos sujeitos foram: a) efetivo relacionamento do entrevistado com a dinâmica organizacional da Cootrabom; b) explicitação e negociação com o presidente da Cootrabom da lista de sujeitos previamente selecionados.

Não foi realizada a 2ª ida a campo por falta de tempo dos pesquisadores que decidiram e combinaram com os entrevistados e colaboradores que o trabalho seria validado no dia da apresentação em sala de aula, que seria enviada cópia do trabalho corrigido e que caberia contestação das partes envolvidas no dia da validação do trabalho. Foi esclarecido também a todos os envolvidos que se pretendia apresentar esse trabalho em seminários e publicá-lo nos veículos pertinentes, em momento oportuno.

O grupo de pesquisa optou por dividir o trabalho de análise por entrevista e depois, consolidar.

7.1 Entrevistas com sujeitos externos

Dos cinco sujeitos previamente indicados foram entrevistados dois: o representante da entidade de pesquisa e assessoria e a representante da rede de cooperativas. Os motivos principais foram: a falta de disponibilidade das pessoas e a identificação de que não tinham relacionamento suficientemente significativo com a Cootrabom.

No caso da empresa financiadora, o projeto com a Cootrabom foi o primeiro a ser realizado com cooperativas de reciclagem, portanto, não havia documentação suficiente para responder à pesquisa. Foi alegado pelo entrevistado representante da empresa que, atualmente, os mecanismos de acompanhamento dos projetos foram bastante aprimorados e que seria possível detectar se a cooperativa cumpre ou não os requisitos.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

No caso de empresas vale fazer uma reflexão: será possível aferir que uma cooperativa cumpre os princípios apenas por provas documentais? No caso da empresa em questão, o representante explicou que, em geral, quando a cooperativa tem estrutura muito precária, o patrocínio se faz por uma entidade que recebe a verba e executa o orçamento. No entanto, a empresa patrocina diretamente cooperativas se as mesmas tiverem estrutura suficiente para controle do orçamento do projeto.

Foi elaborado um esquema de perguntas para entrevista ou questionário.

A 1ª parte do questionário buscou levantar o grau de relacionamento e conhecimento do respondente com a Cootrabom.

A 2ª parte visou colher o quanto a entidade, no seu relacionamento com a Cootrabom, poderia colaborar para a percepção da prática de cada princípio na cooperativa.

Os resultados da entrevista ou questionário foram analisados sob o seguinte aspecto: o quanto as declarações do respondente indicaram para uma aproximação ou para um distanciamento da prática dos princípios na Cootrabom.

7.2 Entrevistas com membros da cooperativa

Dos cinco sujeitos previamente indicados, apenas um não foi entrevistado. Foi elaborado um esquema de perguntas para as entrevistas.

A 1ª parte do questionário buscou levantar o estágio de envolvimento com a Cootrabom e o cooperativismo.

A 2ª parte visou colher o quanto o cooperado percebe e vivencia cada princípio na prática, dentro da Cootrabom.

Os resultados da entrevista ou questionário foram analisados sob o seguinte aspecto: o quanto as declarações do respondente indicaram para uma aproximação ou para um distanciamento da prática dos princípios na Cootrabom.

Para conhecimento da parte legal referente aos resíduos sólidos buscou-se informações no Decreto Federal 5940/06, e na Lei 12305. Para maior interação com a temática do lixo foi visto o filme “Lixo Extraordinário”.

8 Referencial teórico

Como referencial teórico, a pesquisa partiu dos estudos realizados no âmbito da economia solidária, sobre os princípios do cooperativismo, por autores como: Lianza (2004), Veiga (2002) e Kraychete (2007). Esses autores produziram textos sobre os sete princípios do cooperativismo.

Os princípios do cooperativismo são os seguintes:

Princípio 1 – Adesão voluntária e livre (portas abertas):

As cooperativas são organizações voluntárias e abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminações de raça, classe social, sexo, opção política e religiosa.

Princípio 2 – Controle democrático pelos membros:



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

As cooperativas são organizações democráticas, controlada pelos seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade de votação (um sócio = um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.

Princípio 3 – Participação econômica dos membros:

Os sócios contribuem de forma quantitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

Princípio 4 – Autonomia e independência:

As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter a sua autonomia.

Princípio 5 – Educação, formação e informação:

As cooperativas proporcionam educação e formação aos seus membros, dirigentes eleitos e administradores, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar ao público em geral, particularmente os jovens e líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

Princípio 6 – Cooperação entre cooperativas:

As cooperativas atendem a seus membros mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

Princípio 7 – Preocupação com a comunidade:

As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, Estado e país através de políticas aprovadas por seus membros.

A pesquisa considerou também um destaque de Kraychete quando orientou que juntamente com os princípios dever-se-ia deixar interpelar pela realidade a que estariam inseridos os empreendimentos do setor popular solidário.

9 Resultados

Nas Tabelas abaixo está apresentada a consolidação dos dados das declarações dos seis entrevistados.

Os valores em cada linha representaram a soma dos valores atribuídos a cada princípio após a análise das declarações de cada entrevistado.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Tabela 1: com valores atribuídos por princípio

Princípios	Aproxima-se	Distancia-se	Sem dados para análise
1 - Adesão voluntária e livre (portas abertas):	6	0	0
2 - Controle democrático pelos membros	1	4	1
3 - Participação econômica dos membros	3	0	3
4 - Autonomia e independência	6	0	0
5 - Educação, formação e informação	4	1	1
6 - Cooperação entre cooperativas	4	1	1
7 - Preocupação com a comunidade	4	1	1
Total:	28	7	7

Tabela 2: com valores atribuídos totais

Total de valores atribuídos	Aproxima-se	Distancia-se	Sem dados para análise
Total (42)	28	7	7
Percentual (100%)	66%	17%	17%

Observando a Tabela 2, verificou-se que, na percepção dos entrevistados, a Coostrabom é uma cooperativa que levava em conta os princípios do cooperativismo e na sua prática, porém alguns princípios ainda não tinham sido percebidos pelos entrevistados como sendo aplicados.

Tabela 3: tabulação dos dados obtidos dos cooperados

Total de valores atribuídos	Aproxima-se	Distancia-se	Sem dados para análise
Total (28)	20	7	1
Percentual (100%)	71%	25%	4%

A Tabela 3 foi a visualização da tabulação dos dados declarados pelos quatro cooperados e apontou que há uma maior aproximação da prática dos princípios embora tenha havido um pequeno aumento no distanciamento em relação ao apresentado pela Tabela 2.

13 Conclusões

Houve alguns pontos de convergência nos depoimentos dos entrevistados que apontaram para um empenho e uma consciência forte dos princípios do cooperativismo, ao menos por parte da direção da Coostrabom. No entanto, observaram-se, em campo, vários obstáculos, na maioria, conjunturais. Tais como: faltavam recursos financeiros, capacitação, qualificação, escolaridade. O grupo de pesquisa reconheceu que há políticas públicas para o segmento dos catadores, projetos de iniciativa empresarial e da sociedade civil, de cunho privado, público ou misto, mas, algumas dessas iniciativas, segundo visão dos respondentes, atuam em um sentido assistencialista, dificultando o empoderamento das cooperativas, condição fundamental para aplicação dos princípios do cooperativismo e da economia solidária. Sem falar em projetos que foram elaborados com intenção de “lavar a imagem” de indivíduos, instituições e empresas ou em que foram desviados recursos, como é ilustrado no filme “Quanto vale ou é por quilo?”, isso tudo, muitas vezes, feito com dinheiro público.

A questão da violência no território onde está instalada a Coostrabom também é poderoso obstáculo para ações extensionistas, tanto no impedimento da ida e vinda das pessoas, como também na influência das mentalidades, reforçando uma cultura de subserviência e alienação.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

respondentes citaram a questão da postura dos membros da cooperativa como um problema a ser resolvido. Neste aspecto, por um lado, os estudantes concluíram que a questão dos cooperados não assumirem serem donos da Cootrabom é reforçada pelo fato de que os direitos sociais no Brasil ainda estarem muito associados à carteira assinada, ou seja, ao trabalho assalariado. Além disso, foi detectado que as pessoas precisavam querer assumir as responsabilidades inerentes ao fato de serem donas do empreendimento. Essa questão também é conjuntural, causada por anos de hegemonia de um sistema altamente hierárquico, desigual, alienante do trabalho e repressor das lutas sociais.

Analisando as declarações dos entrevistados individualmente, percebeu-se que aquelas que vieram dos entrevistados de fora da cooperativa apresentaram dificuldades na percepção de alguns princípios e de sua aplicabilidade na Cootrabom, por isso alguns princípios ficaram sem dados declarados para se analisar. Esse fato suscitou duas possibilidades: a primeira foi que a escolha do entrevistado foi equivocada; a segunda foi que nem todos os princípios poderiam ser percebidos externamente, somente no contato direto com a cooperativa e seus cooperados.

14 Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm.

COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DO COMPLEXO DE BOMSUCCESSO. Disponível em <http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/cootrabom>

DECRETO FEDERAL 5940/06, de 23 de outubro de 1997. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

DOCUMENTÁRIO *Lixo Extraordinário*. Brasil e Reino Unido, 2010, 90 min; Direção de Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley.

KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (org) *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.

LIANZA, S.; AMATO NETO, J e CARVALHO, V. F. M. *A autogestão e o desenvolvimento sócio econômico sustentável* in: OLIVEIRA et all, *Redes produtivas para o desenvolvimento regional*. Juiz de Fora: ABEPRO, 2004.

MORIN, A. *Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Disponível em <http://mncr.org.br/>

VEIGA, Sandra Mayrink, FONSECA, Isaque. *Cooperativismo, uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projeto e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1997.